

## *San Tiago Dantas e a política externa para o desenvolvimento na década de 1950*

*Renato Ferreira Ribeiro*

**Vínculo Institucional:** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, bolsista Fapesp. A pesquisa que deu origem ao artigo foi financiada pela CAPES.

**Resumo:**

Apesar de San Tiago Dantas ser amplamente lembrado como o principal chanceler da Política Externa Independente (1961-1964), sua importante atuação como político e intelectual sobretudo na década de 1950 tem sido objeto de poucos estudos. A partir de documentos históricos e publicações, pretende-se demonstrar a relevância de Dantas na elaboração e na condução da política exterior brasileira durante o segundo governo de Getúlio Vargas e o governo de Juscelino Kubistchek, principalmente no que concerne à vinculação da política externa ao projeto nacional-desenvolvimentista.

**Palavras-chaves:**

San Tiago Dantas; Política externa brasileira; Desenvolvimentismo.

**Abstract:**

San Tiago Dantas has been identified as the main Brazilian Foreign Minister during the so-called independent foreign policy of 1961-1964, his political and intellectual trajectory in the 1950's has been very most ignored. This article intends to demonstrate the relevance of Dantas to the formulation and implementation of the Brazilian foreign policy during the governments of Getúlio Vargas and Juscelino Kubistchek, specially his importance to the subordination of the foreign policy to the project of national developmentalism.

**Keywords:**

San Tiago Dantas; Brazilian Foreign Policy; Developmentalism.

## Introdução

A formulação da Política Externa Independente (PEI), entre 1961 e 1964, está fortemente relacionada com o projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960. A PEI continha as diretrizes externas dessa estratégia do Estado brasileiro de proteção de seus interesses nacionais e de expansão de seu poder internacional, podendo ser considerada como o ponto culminante da política externa para o desenvolvimento ensaiada na década anterior por Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1958-1960). Durante esse período, tanto as políticas públicas internas quanto a política exterior incorporaram o repertório e as estratégias recomendadas pelo ideário desenvolvimentista hegemônico e tinham como principal objetivo a superação do subdesenvolvimento através de um processo de industrialização comandado pelo Estado.

Apesar de Francisco Clementino de San Tiago Dantas ser amplamente lembrado como o principal chanceler da PEI, durante o governo parlamentarista de João Goulart (1961-1962), sua importante atuação como político e intelectual durante o período democrático (1945-1964), principalmente na década de 1950, tem sido objeto de poucos estudos acadêmicos. A partir da análise de documentos históricos e textos do autor, provenientes sobretudo de seu acervo pessoal preservado no Arquivo Nacional, pretende-se recuperar parte da trajetória intelectual e política de Dantas e demonstrar sua importância na formulação e na condução da política exterior brasileira (PEB) durante os governos de Vargas e de Kubitschek, principalmente no que concerne às relações Brasil-Estados Unidos e à elaboração de uma política externa para o desenvolvimento.

### 1. De Vargas a Kubitschek: política externa para o desenvolvimento

O projeto nacional-desenvolvimentista que tomou forma e implementou-se no Brasil entre o segundo governo

de Getúlio Vargas e o governo de João Goulart (1951-1964) e continuou, modificado, sob os governos militares (1964-1985) pode ser descrito como a “proposta de garantir a presença maciça do Estado na economia, de modo a viabilizar a superação do subdesenvolvimento e a emancipação econômica e política através de um processo de industrialização” (Bielschowsky, 1988, p. 131).

A política externa constituiu um importante instrumento dos governos desenvolvimentistas para atingir os objetivos de seu projeto de desenvolvimento nacional. “Boa parte dos recursos necessários ao desenvolvimento deveriam ser obtidos no plano internacional, via comércio, empréstimos e transferência de tecnologia, tendo em vista os limites do setor interno.” (Vizentini, 1995, p. 59). Essa política externa para o desenvolvimento vinha sendo ensaiada desde o primeiro governo Vargas e intensificou-se no período 1951-1964.

Até a formulação da Política Externa Independente em 1961, a política externa para o desenvolvimento privilegiará as relações com os Estados Unidos, insistindo na estratégia americanista delineada pelo Barão de Rio Branco no início do século XX, cujo ponto alto havia sido a aliança militar durante a 2ª Guerra Mundial. Acreditando na continuidade da cooperação, “o Brasil esperava ver o começo de uma privilegiada relação com Washington, relação que deveria trazer amplos benefícios econômicos e uma posição diplomática excepcional na América Latina” (Amorim Neto, 2011, p. 5). No entanto, com as novas prioridades da política externa dos Estados Unidos no pós-guerra, as tentativas de obter um programa de auxílio financeiro e técnico ao desenvolvimento do país pelo governo do General Eurico Dutra (1946-1950) foram frustradas, apesar de seu alinhamento político, militar e ideológico.

Procurando se adaptar às novas características externas (o contexto bipolar e a perda de relevância da região latino-americana na política externa estadunidense) e às demandas internas (a necessidade de se avançar para

novas etapas da industrialização), Getúlio Vargas, em seu segundo governo (1951-1954), teve como principal prioridade na política externa reverter as disparidades do comércio internacional decorrentes da condição brasileira de país agroexportador em relação aos países industrializados, seja contendo a deterioração dos termos de intercâmbio, seja convertendo gradativamente o Brasil em nação industrializada e exportadora de manufaturados (Vargas, 1951).

A política externa de Vargas manteve uma estratégia de barganha com os Estados Unidos, procurando obter auxílio econômico em troca do apoio solicitado pela superpotência nos esforços de mobilização militar decorrentes do jogo geopolítico da Guerra Fria (aos EUA interessavam especialmente ter acesso garantido a matérias primas latino-americanas importantes aos esforços de guerra e o alinhamento político às suas posições). Abandonando a *transigência ilimitada* adotada por Dutra, Vargas seguirá uma política de *resistência moderada* nas relações com a superpotência (Bandeira, 1999, p. 36) inaugurada na IVª Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos, em 1951. Convocada pelos Estados Unidos para negociar com os países latino-americanos ações de cooperação política e militar para defesa hemisférica contra as “agressões comunistas”, o fórum apresentava uma oportunidade perfeita para o Brasil exercer sua barganha pelo auxílio norte-americano ao desenvolvimento nacional. A estratégia brasileira consistiu em vincular a possibilidade de cooperação na mobilização de guerra às demandas por financiamento ao desenvolvimento interno. Além disso, insistiu-se no argumento de que a superação do subdesenvolvimento seria primordial para afastar do continente as possibilidades de agitação social e infiltração comunista.

Apesar de a política externa para o desenvolvimento apresentar um hiato, inclusive com retrocessos, durante o governo de Café Filho (1954-1955) e os primeiros anos do governo de Juscelino Kubistchek, ela é retomada a partir de 1958, quando Kubistchek adota uma postura mais agressiva

no combate ao problema do subdesenvolvimento, ainda que sem abandonar o americanismo. Apostando em uma estratégia de multilateralização e se aproximando dos países latino-americanos, Kubistchek lança em 1958 a Operação Pan-Americana (OPA), com a qual pretendia reunir esses países num esforço conjunto para obter auxílio técnico e financeiro dos Estados Unidos: “a Operação Pan-Americana representa, precisamente, um protesto contra a desigualdade de condições econômicas neste hemisfério, uma advertência pública e solene no tocante aos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento da América Latina” (Kubistchek, 1958 apud Bandeira, 1999, p. 52).

Outro episódio relevante da diplomacia brasileira nesse período foi a participação na Vª Reunião de Consultas de Chanceleres Americanos, em Santiago do Chile, em 1959, que acabou por produzir um dos mais importantes documentos do sistema interamericano. A Declaração de Santiago afirmava o compromisso dos países com os direitos humanos e a democracia representativa. Nessa ocasião, a delegação brasileira defendeu o princípio da não-intervenção e, uma vez mais, a necessidade da promoção da erradicação da pobreza para gerar estabilidade política.

Apesar da insistência do Brasil e dos demais países latino-americanos em demandar uma posição mais destacada na política externa dos Estados Unidos desde o fim da 2ª Guerra Mundial, houve sucessivas frustrações. Em sua relação com a América Latina nesse período, os EUA tiveram uma postura evasiva, evitando o encaminhamento das discussões sobre questões de desenvolvimento econômico nos fóruns multilaterais e insistindo, desde 1945, que o problema latino-americano deveria ser resolvido através da eliminação dos nacionalismos econômicos e do estímulo à entrada de capitais estrangeiros privados (Rabe, 1978), ao contrário das expectativas dos países da região. No caso brasileiro, essas negativas foram um dos principais fatores que levaram ao abandono do paradigma americanista na política exterior e à elaboração da estratégia da PEI, a partir de 1961. O Brasil estava decidido a levar a

frente seu projeto de desenvolvimento econômico e os limites de uma política externa alinhada aos Estados Unidos tornaram-se evidentes.

## 2. San Tiago Dantas antes da PEI

A Política Externa Independente pode ser interpretada como a tradução mais completa do projeto desenvolvimentista para o campo das relações exteriores, resultado das experiências de mais de uma década de política externa para o desenvolvimento. E como se tentará demonstrar, Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi um dos seus principais tradutores. A trajetória política e intelectual de Dantas acompanhou esse processo, tendo suas ideias e suas ações políticas variado de uma posição pró-americanista no começo da década de 1950 a uma postura autonomista e globalista nos anos 1960. Apesar do nome de Dantas estar hoje fortemente associado à PEI, sua importante atuação como político e intelectual nos anos anteriores permanece praticamente esquecida.

Embora tenha ocupado um cargo eletivo (o de deputado federal por Minas Gerais) somente em 1958, desde a década de 1930 teve uma intensa vida pública, assessorando ministros e presidentes, participando do debate político e econômico nacional, contribuindo para a elaboração teórica e para a prática do trabalhismo no Brasil e representando o país em fóruns internacionais por diversas vezes.

Procurando investigar as ideias elaboradas pelo autor sobre as relações internacionais e a política externa brasileira, bem como o papel por ele desempenhado, direta ou indiretamente, em importantes episódios da PEB durante a década de 1950, foram analisados alguns de seus textos produzidos nesse período, bem como documentos e correspondências. Além de obras e discursos publicados, realizou-se ampla investigação no Acervo San Tiago Dantas do Arquivo Nacional e nas edições do "Jornal do Commercio"

entre 1957 e 1959 (período em que a publicação pertenceu a San Tiago Dantas), disponíveis na Biblioteca Nacional.

### 2.1. O desenvolvimento e as massas

Ao comentar sobre a Política Externa Independente em agosto de 1962, Dantas ressalta:

*"Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava sempre presente uma constante: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira (i) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (ii) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária." (Dantas, 2011, p. 9)*

Da mesma forma que a PEI, pode-se considerar que todas as formulações de Dantas relativas à política exterior subordinavam-se à suas concepções sobre a sociedade e o Estado brasileiros e o modo como ele pensava o desenvolvimento econômico e a reforma social no Brasil. Após o rompimento com o integralismo, no fim da década de 1930, ele apoiou em toda sua trajetória o regime democrático e a adesão brasileira aos princípios da civilização ocidental, opondo-se ao comunismo. Contudo, Dantas apresentava uma postura reformista, apoiando a ascensão das massas e uma melhor distribuição de renda entre as classes sociais. Um dos pontos que conferia maior originalidade ao pensamento de San Tiago Dantas foi a elaboração de uma teoria social, influenciada principalmente pela sociologia de Arnold Toynbee, capaz de interpretar a configuração da sociedade brasileira e as profundas transformações pelas quais vinha passando, que ele apresenta com maiores detalhes na aula inaugural do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955. O autor pensava que a classe agrária, tradicional classe dirigente no Brasil, havia perdido sua capacidade de fornecer soluções universais para a sociedade brasileira e enxergava

nas massas populares a principal força que viria a ocupar essa posição de liderança.<sup>1</sup>

Desde a época do magistério<sup>2</sup>, Dantas defendia a importância do direito e das fórmulas jurídicas serem capazes de expressar os rumos da evolução social. Dessa forma, a emergência das massas, principal fato social nas sociedades latino-americanas, deveria ser traduzida na substituição da propriedade privada pelo trabalho como núcleo central do Direito moderno. Além disso, o Estado deveria empreender reformas sociais que fossem capazes de incluir as massas na política e na economia – como ele viria a defender em março de 1959, no Congresso Nacional, em seu discurso pelas Reformas de Base. Na visão do autor, somente a diminuição das disparidades entre as classes evitaria a emergência de revoltas sociais e garantiria a permanência do regime democrático no Brasil.

Além de responder à crise da elite dirigente e à ascensão de novos atores sociais, Dantas considerava essencial que o Brasil levasse à frente um processo de desenvolvimento econômico intensivo, através da modernização e industrialização de sua economia e da sustentação de um elevado crescimento econômico. Para ele, o país não poderia se contentar indefinidamente em ser um país exportador de matérias-primas, devendo, no entanto, direcionar os recursos que aquelas exportações lhe davam para avançar em seu processo de industrialização. Em sua concepção, desenvolvimento econômico pressupunha

<sup>1</sup> Dantas foi membro do Conselho Consultivo do ISEB, tendo proferido a aula inaugural da instituição, em 22 de outubro de 1955, intitulada "A crise brasileira e o dever dos intelectuais". Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 4, pacotilha 1.

<sup>2</sup> Em 1932, Dantas diploma-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito e inicia sua carreira acadêmica, tendo sido Catedrático de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, entre 1941 e 1945. Destacou-se tanto exercício da advocacia quanto na docência, sendo considerado um dos maiores juristas do país.

três componentes principais: expansão do mercado interno, diversificação da produção e melhoria da produtividade técnica (melhor aproveitamento dos fatores de produção – trabalho e capital). (Dantas, 1964)

San Tiago via com pouca esperança a possibilidade do crescimento que o Brasil vinha experimentando na década de 1950 se sustentar nos próximos anos, de forma espontânea. Se nada fosse feito para impulsioná-lo e dirigi-lo, se os pontos de estrangulamento que impediam o livre desenvolvimento da economia brasileira para estágios mais avançados não fossem removidos, o crescimento populacional facilmente iria superar o crescimento econômico, transformando as promessas de prosperidade em catástrofe.

*"O sentido da transformação social do nosso País parece contido no imperativo do desenvolvimento econômico intensivo. O ritmo de crescimento da população brasileira requer que se mantenha e mesmo que se acelere o atual ritmo de crescimento da renda nacional, sob pena de a nossa coletividade incorrer, no fim do século, no risco do pauperismo e da perda de independência econômica. [...] A sociedade brasileira, no meado do século XX, tem no desenvolvimento econômico o seu problema culminante, cuja não solução será penalizada com a implantação do pauperismo, a diminuição da independência econômica e perda provável das liberdades públicas."* (Dantas, 1964, p. 383-384).

Desenvolvimento econômico, reformas sociais distributivistas e regime democrático constituíam três categorias indissociáveis no pensamento de Dantas, compondo o cerne de suas propostas políticas para o Brasil. Através de suas formulações teóricas e de sua ação política, Dantas procurou influenciar o debate público e a política interna e externa.

## 2.2. Política externa: ideias e ação

Assim como outras políticas públicas, para Dantas a política externa deveria servir ao desenvolvimento nacional. Durante o governo Dutra, Dantas fez parte da Missão Abbink, um projeto de cooperação bilateral formado por técnicos estadunidenses e brasileiros para estudar os problemas da economia brasileira e sugerir soluções para o seu desenvolvimento. Dantas foi o responsável pelo relatório final da Comissão de Investimentos, publicado em fevereiro de 1949. Um artigo escrito no jornal O Estado de São Paulo, em 21 de janeiro de 1950, considera que “A tese do professor San Tiago Dantas [...] é, talvez, dos trabalhos de cunho oficial, o mais completo até hoje elaborado sobre o problema do tratamento a ser dispensado aos capitais estrangeiros no Brasil”.

O diagnóstico traçado no relatório considera que o país acumulava uma série de obstruções a seu desenvolvimento, principalmente nas áreas de energia e transportes. No entanto, o Brasil se caracterizaria como um país subcapitalizado, não dispendo de capital público ou privado necessário para, sozinho, impulsionar essas transformações. Diante da insuficiência de capitais nacionais, a única solução seria contar com a colaboração de investimentos estrangeiros, tanto públicos quanto privados. E para tanto teria de ser formulada uma política consistente para conseguir atraí-los e direcioná-los para as áreas mais primordiais. O teor do texto, redigido por San Tiago, indicava inequivocamente a tentativa de conseguir dos Estados Unidos um programa de financiamento ao desenvolvimento nos mesmos moldes que o Plano Marshall destinado à Europa, em 1947, uma vez que considerava insuficiente e, por vezes, problemático apoiar-se apenas nos capitais estrangeiros privados.

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas, Dantas foi seu assessor pessoal, tendo preparado estudos e pareceres como, por exemplo, do anteprojeto de criação da Petrobras e da Rede Ferroviária Federal. Também nesse período colaborou em diversas ocasiões com o ministro das Relações Exteriores de Vargas, João Neves da Fontoura, seu

amigo pessoal. Antes mesmo de Getúlio assumir a presidência, Dantas é chamado a participar da comissão *ad hoc* que escreveu o “Memorandum do Presidente eleito”, uma resposta ao pedido do governo americano para antecipação das posições que a administração Vargas adotaria logo em seu primeiro mês de mandato na IVª Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Washington. A comissão era constituída inicialmente por San Tiago Dantas, Valentim Bouças e Luis Dodsworth Martins, e depois a ela se juntaram Otávio Bulhões e Roberto Campos. O texto de resposta que ficou conhecido por “Memorandum do Presidente eleito” foi elaborado em uma semana e, segundo avaliação do próprio San Tiago Dantas,

“nele se contém toda a orientação da política exterior brasileira em face da nova situação de emergência mundial, especialmente no tocante à cooperação econômica, e com ele se inicia uma imensa e coerente ação diplomática, cuja fase culminante foi a Consulta de Washington, e cujo termo final [...] foi a instalação no Rio de Janeiro, em julho de 1951, da Comissão Brasil-Estados Unidos.” (Dantas, 1984, p. 105).

Mesmo após a elaboração do memorandum, a comissão *ad hoc* se manteria e se transformaria, nos primeiros dias de março, na Comissão Preparatória dos Trabalhos da IVª Reunião de Consulta, sob a presidência de Neves da Fontoura. Dentre a divisão dos grupos de trabalho, Dantas ficou com a coordenação da comissão de Investimentos.

Em uma carta a Fontoura<sup>3</sup> datada de janeiro de 1951, escrita entre a formulação do “Memorandum do Presidente eleito” e a constituição da Comissão Preparatória, San Tiago Dantas trata sobretudo da questão das relações Brasil-Estados Unidos. Apesar das frustrações dos anos

<sup>3</sup> Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 21, pacotilha 3.

anteriores, o autor expressa confiança na possibilidade de o governo brasileiro obter auxílio econômico norte-americano:

*"É inegável que os Estados Unidos estão dispostos a corresponder a um apêlo do Governo brasileiro no sentido do nosso desenvolvimento econômico. As decepções com a Europa e a extrema incerteza em relação aos países asiáticos, tem feito com que muitos americanos, de ambos os partidos, reconheçam o erro de não se haver fortalecido a América Latina através de um programa semelhante ao Plano Marshall. Hoje os países americanos estão na ordem do dia, e entre eles o primeiro lugar cabe ao Brasil e ao Chile, sendo de notar que a nossa posição financeira em Washington é a melhor, pois não temos atrasados comerciais e demos prova de certo poder de controle disciplinando, em 1949 e 1950, as importações."*

No penúltimo parágrafo da carta, Dantas faz uma recomendação acerca da postura que o Brasil deveria adotar nas negociações na IVª Reunião de Consulta:

*"[...] me parece indispensável separar dois planos paralelos: um plano de manutenção do sistema econômico brasileiro atual e um plano de desenvolvimento intensivo. Com o primeiro procuraremos evitar que se desorganize a nossa economia, ao influxo da guerra; com o segundo procuraremos captar o auxílio norte-americano para novos empreendimentos, que nos permitam galgar uma etapa mais avançada de industrialização."*

A IVª Reunião foi convocada em dezembro de 1950 pelos Estados Unidos e ocorreu em 26 de março de 1951, com o objetivo de discutir com os países latino-americanos os esforços coletivos necessários, econômicos e militares, para a defesa do hemisfério diante das "agressões soviéticas". Além de Dantas ter feito parte da Comissão Preparatória, ele integrou a delegação brasileira na Reunião,

como Conselheiro Econômico, sendo o principal responsável pelas posições brasileiras em relação ao item III (cooperação econômica de emergência), prioridade para o governo brasileiro. O centro da estratégia brasileira para as negociações foi insistir na não separação entre os esforços demandados pela situação de guerra e o desenvolvimento geral das economias dos países, como sugerido por Dantas na carta a João Neves da Fontoura.

Ainda durante o governo Vargas, a participação e a influência de Dantas na PEB também podem ser observadas em outras instâncias. Foi membro proeminente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), representou o Brasil no 2º Congresso Interamericano de Jurisconsultos, em 1953, por sugestão do próprio Vargas a João Neves da Fontoura<sup>4</sup>, desempenhou relevante papel no estabelecimento do Acordo Militar com os EUA em 1952 segundo reconhece Fontoura<sup>5</sup> e colaborou em diversos momentos com o chanceler (pareceres e redação de discurso brasileiro da Assembleia Geral da ONU<sup>6</sup>).

Em seu discurso inicial no primeiro dia do 2º Congresso Interamericano de Jurisconsultos, que se realizou em Buenos Aires, em abril-maio de 1953, e cujo objetivo era aperfeiçoar as regras jurídicas do sistema interamericano, Dantas afirmou a importância do direito e das fórmulas jurídicas serem capazes de expressar os rumos da evolução social, assumindo um sentido progressista. No caso dos países americanos, o principal desafio que se apresentava

<sup>4</sup> Carta de João Neves da Fontoura para San Tiago Dantas. Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 23, pacotilha 1: "Nós temos que mandar em abril um Delegado ao Congresso Interamericano de Jurisconsultos em Buenos Aires. Eu ontem sugeri naturalmente o nome do Campos. O Presidente disse sim, mas acrescentou: 'Por que não o San Tiago?' Diria o Schmidt que você está muito prestigioso."

<sup>5</sup> Carta de João Neves da Fontoura a San Tiago Dantas, 11 de novembro de 1952. Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 31, pacotilha 5.

<sup>6</sup> Carta de San Tiago Dantas a João Neves da Fontoura, 1 de novembro de 1951. Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 24, pacotilha 1.

relacionava-se à emergência das massas de trabalhadores e à necessidade de desenvolvimento econômico:

*"Entre os programas a desenvolver no interesse da vitalidade do sistema, o primeiro diz respeito à proteção social e jurídica do trabalhador, para que o regime econômico de livre empresa, necessário ao desenvolvimento pleno e intensivo de nossas riquezas, não gere as formas de opressão e injustiça, observadas em outras sociedades, na época de expansão do capitalismo; o segundo transcende o campo dos programas predominantemente jurídicos, e visa o desenvolvimento econômico harmônico e intensivo dos países americanos, onde as massas populares, deprimidas pelo baixo nível de vida, lançam seu constante desafio às instituições democráticas e ao regime de livre empresa."<sup>7</sup>*

Na segunda metade da década de 1950, apesar de Dantas também não compor o governo de Juscelino e nem gozar de contato tão próximo com seus chanceleres, a sua influência também parece ter sido sentida na PEB, seja em ocasiões nas quais representou o Brasil, seja de forma indireta com sua atividade intelectual nos âmbitos acadêmicos, partidários e da imprensa,

Em 1956, Dantas foi convidado por Kubistchek para integrar seu Conselho de Desenvolvimento Econômico<sup>8</sup> e também para compor a delegação brasileira na Assembleia Geral do ONU<sup>9</sup>, ambos convites recusados, mas que atestam seu prestígio com o presidente. Nesse momento, Dantas já era uma personalidade de grande reputação e participava de diversas instituições onde procurava disseminar suas ideias, como no ISEB e na Escola Superior de Guerra (ESG), para a

qual realizou uma série de conferências com ampla repercussão na conformação do pensamento político-estratégico brasileiro.<sup>10</sup>

Em 1955, entra para o Partido Trabalhista Brasileiro – um dos três maiores partidos do período – e substitui Alberto Pasqualini como um dos principais ideólogos do trabalhismo petebista. Em 1958, é eleito deputado federal, ocupando a vice-liderança do bloco parlamentar PTB-PSD de apoio ao governo de Juscelino Kubistchek. No parlamento e dentro do partido, procurou defender suas teses para o desenvolvimento interno e para a política externa. Em 1957, compra o "Jornal do Commercio" – importante diário carioca –, passando a editá-lo e a redigir diariamente seus editoriais (a seção "Várias Notícias"). Entre meados de 1957 e meados de 1959, Dantas utilizou as "Várias" para veicular suas ideias sobre política nacional e internacional, desenvolvimento econômico, entre outros assuntos. Seu trânsito com políticos de diversos matizes ideológicos (como, por exemplo, com o udenista Afonso Arinos) e seu reconhecido brilhantismo intelectual provavelmente garantiram a projeção de suas ideias no ambiente político e intelectual da época.

Embora não aprofunde este ponto, Moniz Bandeira atribui a Dantas, além de a Augusto Frederico Schmidt, a autoria intelectual da Operação Pan-Americana (1999, p. 52), bem como grande influência sobre a PEB de Kubistchek (1999, p. 54). Apesar de não ter tomado parte nas operações da OPA, é conhecida a estreita ligação entre Schmidt e Dantas, desde os tempos do integralismo. Ademais, a OPA se fundamentou nos mesmos argumentos que vinham sendo defendidos por Dantas desde o começo da década de 1950.

Em 1959, Dantas novamente seria parte da delegação brasileira na Reunião de Consulta de Chanceleres, em sua 5ª edição, dessa vez como representante do

<sup>7</sup> Discurso no 2º Congresso Interamericano de Jurisconsultos. Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 20, pacotilha 2.

<sup>8</sup> Telegrama de Kubistchek a Dantas. Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 24, pacotilha 1.

<sup>9</sup> Telegrama de Dantas a Kubistchek. Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 32, pacotilha 3.

<sup>10</sup> Sobre a importância das conferências de Dantas na ESG, conferir Cabral (2004).



Legislativo brasileiro. Entre 12 e 19 de agosto de 1959, a Vª Reunião foi convocada para tratar das instabilidades políticas no Caribe e produziu um dos documentos mais importantes do sistema interamericano, a Declaração de Santiago, baseada no projeto de resolução apresentado pela delegação brasileira. San Tiago Dantas outra vez desempenhou papel de destaque nos rumos da conferência. O Brasil procurou, mais uma vez, engajar os Estados Unidos nos esforços por superação do subdesenvolvimento latino-americano, como relata Dantas, reforçando a iniciativa da OPA lançada no ano anterior:

*"Se reclamamos, como ponto de partida da defesa das instituições democráticas em nosso hemisfério, o desenvolvimento econômico, a melhoria das condições de vida das nossas populações, não podemos deixar de objetivar uma substancial mudança na política de cooperação internacional, que, tendo nos Estados Unidos da América, o seu centro propulsor, na realidade abrange, de maneira muito desigual, as diferentes áreas subdesenvolvidas do mundo, colocando precisamente a nossa no nível mais baixo das prioridades." (Dantas apud Lessa; Hollanda, 2009 p.52).*

Nos próximos anos, San Tiago Dantas viveria seu período de maior protagonismo na vida política nacional, com sua nomeação para Embaixador do Brasil na ONU (embora não tenha assumido o cargo devido à renúncia de Jânio Quadros), como Ministro das Relações Exteriores, em setembro de 1961, e como Ministro da Fazenda responsável ao lado de Celso Furtado (Ministro do Planejamento) pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, em 1963. No entanto, como se demonstrou, o caminho trilhado por Dantas na década anterior, de intensa atividade na formulação de um corpo teórico e de diretrizes práticas para a conduta externa brasileira, foi responsável por conduzi-lo às posições centrais que ocupou nos anos 60.

### Considerações finais

A análise de diversos textos, documentos e correspondências de autoria de San Tiago Dantas ou a ele relacionados fornece fortes indícios de que este político e acadêmico desempenhou relevante papel na política externa brasileira mesmo antes de se tornar Ministro das Relações Exteriores em 1961.

Pode-se considerar inclusive que sua atuação – nos bastidores ao longo da década de 1950 e no posto principal entre 1961 e 1962 – se confunde com a própria trajetória da política externa no período democrático. Tendo sido a PEB transformada em instrumento do desenvolvimento interno pelos governos nacional-desenvolvimentistas, procurou-se aprofundar até o limite a aposta nas relações privilegiadas com os Estados Unidos que a caracterizava desde o início do século XX. Diante das sucessivas frustrações com a superpotência e devendo responder às novas demandas do desenvolvimento interno, rompeu-se com o americanismo e iniciou-se um novo paradigma: o globalismo.

Durante os governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964), a Política Externa Independente foi formulada e posta em prática. Apesar de ter sido iniciada no governo de Quadros, é San Tiago Dantas quem formula o corpo coeso de ideias que a configura. Comparando-se o conteúdo da PEI com o conteúdo da política externa que a antecedeu, pode-se tanto ressaltar os elementos de ruptura quando atestar a importância das iniciativas anteriores para o seu amadurecimento. O fato de Dantas ter participado amplamente de ambas as fases e desempenhado nelas papel tão destacado o coloca como um dos principais tradutores do projeto de desenvolvimento interno, pautado na industrialização, nas reformas sociais e na democracia, para a política externa brasileira.

## BIBLIOGRAFIA

AMORIM NETO, Octavio. 2011. *De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira*. RJ: Elsevier.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. 1988. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPA/INPES.

BANDEIRA, Moniz. 1999. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: a rivalidade emergente*. São Paulo: Editora SENAC.

CABRAL, Severino. 2004. *Brasil Megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto.

DANTAS, San Tiago. 1964 [1956]. *Dez proposições preliminares sobre educação para o desenvolvimento*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 27.

\_\_\_\_\_. 1984. *Emergência e Desenvolvimento*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 27, Rio de Janeiro, p. 105-108.

\_\_\_\_\_. 2011 [1962]. *Política Externa Independente*. Brasília: FUNAG.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; LESSA, Renato (org). 2009. *Coletânea de textos sobre política externa*. Brasília: FUNAG.

RABE, Stephen G. 1978. *The elusive conference united states economic relations with latin america, 1945-1952*. *Diplomatic History*, 2(3), p. 279-294.

VARGAS, Getúlio. 1951. *Mensagem ao Congresso Nacional*.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. 1995. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes.